



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC

Claudia Aparecida Weinman; Julia Saggioratto



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

SAGGIORATTO, Julia; WEINMAN, Claudia Aparecida. Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 101-109, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Comunicação popular e a experiência do “Jornal Comunitário” de São Miguel do Oeste/SC

Claudia Aparecida Weinman¹
Julia Saggioratto²

Resumo

O artigo examina a experiência do Jornal Comunitário, de São Miguel do Oeste (SC), que existe há 10 anos, na perspectiva da comunicação popular. É um jornal em que as comunidades empobrecidas e diariamente invisibilizadas se reconhecem e têm suas realidades evidenciadas como pauta central, além do acesso a textos reflexivos a partir da realidade regional, estadual, nacional e internacional.

Palavras-chave: jornalismo independente; jornalismo comunitário; comunicação popular.

Abstract

The article examines the experience of Jornal Comunitário, from São Miguel do Oeste (SC), which has existed for 10 years, from the perspective of popular communication. It is a newspaper where impoverished and daily invisible communities recognize themselves and have their realities highlighted as a central agenda, in addition to access to reflective texts from the regional, state, national and international reality.

Keywords: independent journalism; community journalism; popular communication.

¹ Militante da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), jornalista graduada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, feminista classista. Moradora do interior catarinense, na fronteira de lutas, sonhos e esperanças. E-mail: claudiaweinmanpjmp@gmail.com.

² Julia Mara Saggioratto, jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, militante do coletivo da Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural, feminista classista e artesã. E-mail: julia.saggiorato@gmail.com.

Introdução

O “Jornal Comunitário” é um trabalho de comunicação popular construído por jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Pastoral da Juventude Rural (PJR) do Extremo Oeste catarinense. Em São Miguel do Oeste/SC, tornou-se, há mais de uma década, uma importante ferramenta de sensibilização comunitária sobre as realidades de comunidades empobrecidas e que, muitas vezes, não aparecem na pauta da mídia tradicional por falta de interesse. É um jornal em que as comunidades empobrecidas e diariamente invisibilizadas se reconhecem e têm suas realidades evidenciadas como pauta central, além do acesso a textos reflexivos a partir da realidade regional, estadual, nacional e internacional.

No interior de Santa Catarina, o “Jornal Comunitário”, desde o primeiro exemplar, quando ainda era produzido como informativo, impresso em folha de ofício simples, é entregue nas casas das pessoas que moram na roça e também na cidade, especialmente bairros e favelas, tendo como público as juventudes dessas realidades. Por sua postura política de classe, pautas questionadoras da estrutura e do sistema capitalista de produção, já despertou bastante ódio da burguesia local do município de São Miguel do Oeste. De outro lado, serviu de material pedagógico nas comunidades e teve crianças em processo de alfabetização que pegaram o jornal só para ver as fotografias, muito interessadas pelas imagens que apontavam para o lugar em que vivem.

Pedro Alves Pinheiro, militante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, há mais de 20 anos contribui com o coletivo PJMP e PJR nas tarefas de assessoria, animação, trabalho de base e, em relação ao “Jornal Comunitário”, ajudou na construção inicial, na diagramação, inclusive, e explicou, em entrevista para um documentário produzido sobre o “Jornal Comunitário” denominado “O jornal vai às ruas” (2022), sobre como esse projeto de comunicação tornou-se um instrumento importante para o trabalho com os/as jovens:

A gente se reuniu enquanto coletivo das Pastorais da Juventude do Meio Popular e Rural e, a partir dali, elaboramos um informativo que pudesse ser utilizado nos trabalhos de base e pudesse contribuir com os grupos de base. Então, a gente fazia uma vez por mês um informativo da PJR e da PJMP, com texto pequeno, informando o que a gente havia feito naquele mês, trazia algumas dinâmicas. [...] ele nada mais era do que uma folha de ofício, impressa dos dois lados. Esteticamente, a gente utilizava aquela folha de papel reciclável para que ele tivesse aquele contexto mais “jornalístico”, se assim posso dizer. (PINHEIRO, 2022).

As décadas de 70 e 80, foram marcadas pelas primeiras discussões sobre o direito à comunicação e à informação na América Latina, apesar de no Brasil essas discussões não terem tido tanta força quanto em outros países latino-americanos. No entanto, a Escola Latino-Americana de Comunicação fez diversas críticas à comunicação de massa, assim como questionamentos à assimetria da informação, além da discussão sobre a “ascensão das classes subalternas como sujeitos produtores de comunicação popular e alternativa em resposta à produção da Indústria Cultural” (BERGER; SCHWAAB, 2014, p. 207-208).

O “Jornal Comunitário” passou a existir porque várias realidades conversaram e ainda dialogam entre si. Relações históricas unem o fazer da cultura, da educação e da comunicação popular em um processo constante de formação para o avanço na consciência de classe. O periódico é construído por meio dessa prática de aproximação com o povo empobrecido, como explica Jociani Fátima Alves Pinheiro Hammes, assessora da Pastoral da Juventude Rural e do Meio Popular, também em entrevista veiculada em documentário sobre o Comunitário.

Muito mais que todos os estudos, a educação popular começa com o ir ao encontro. Você só constrói a educação popular com o outro, com a outra. Então é preciso, é necessário ir ao encontro. Quando você vai até a área da casa de um jovem, de uma jovem da periferia e ali você senta e os pais desse jovem te oferecem um chimarrão e também eles partilham a vida, e dizem que não tá fácil, nesse momento da vida a política não está boa, nesse momento a educação popular está acontecendo. (HAMMES, 2022).

A construção a partir da base

O “Jornal Comunitário” começou como uma “brincadeira” durante o curso de formação política denominado Realidade Brasileira que, em uma de suas edições, foi construído junto da Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó/SC e os movimentos e organizações populares, pastorais, sindicatos e outras frentes de luta, no ano de 2010. Depois, tornou-se um informativo e deu asas à informação na prática da educação popular. Ele não nasceu porque as organizações de juventudes desejavam construir um jornal, mas é entendido como a soma de processos de lutas, das relações historicamente construídas com as organizações populares, com a Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude Rural, a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular (Apafec), os movimentos camponeses e urbanos. Sempre

foi um canal de encontro entre a roça e a cidade, desde as primeiras palavras e expressões até hoje.

Muito antes do Jornal Comunitário ser esse jornal, de ele ser apenas um informativo, a gente brincava com ele, mas uma brincadeira séria. [...] as primeiras diagramações fui eu quem fiz de modo mais lúdico. Foi com a entrada das meninas jornalistas que o jornal comunitário passou a ter uma seriedade mais profissional. [...] (PINHEIRO, 2022).

No Brasil, os movimentos populares sempre utilizaram de meios próprios para produzir comunicação, esses meios ficaram conhecidos como comunitários, alternativos ou participativos. A autora Cicilia Peruzzo destaca que a busca pela independência nos processos comunicativos se dá a partir da necessidade de diálogo e expressão da classe trabalhadora fora dos meios tradicionais de comunicação, já que estes, historicamente, distorcem ou marginalizam as narrativas sobre organizações que fazem contraponto à estrutura capitalista de sociedade na qual vivemos.

Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista ou ampliação dos direitos de cidadania, incluindo o de comunicar (PERUZZO, 2013, p. 166).

As formas de produzir informação são variadas e sempre estão presentes nos processos de articulação realizados pelos movimentos sociais e populares, pastorais e sindicatos, assim como pela PJMP e pela PJR. Essa ação de comunicação produzida pela classe trabalhadora carrega a característica de servir ao interesse público, uma forma de exercer o direito à comunicação, de construir processos de comunicação desde a base, de porta em porta. De acordo com Peruzzo, é a construção de uma forma “de educação informal e não-formal de adolescentes e jovens; de autopromoção de mulheres; de organização de trabalhadores rurais etc. e a criar meios (canais) de comunicação” (2013, p. 168).

Liberdade de expressão e acesso à informação são questões importantes presentes na discussão sobre o direito humano à comunicação, além da violência cometida pela mídia hegemônica contra as minorias sociais e aos direitos humanos. Cicilia Peruzzo também ressalta a luta de cidadãos/ãs e organizações populares pelo direito à cultura e para que possam ter

acesso a meios de comunicação e sejam protagonistas destes espaços, como ressalta Pedro Alves Pinheiro.

O jornal comunitário tem uma função social importante, que aí ele mantém o que se fazia antes, de fazer com que as pessoas que recebessem ele se enxergassem no jornal. [...] Ele é um comunitário não só no nome, que assume uma posição de classe, perante a sociedade e perante aqueles jornais que se dizem imparciais, isso não existe, ninguém é imparcial, a vida não é imparcial e o jornal comunitário é um pedaço da vida, não é imparcial. (PINHEIRO, 2022).

A comunicação popular tem como objetivo contribuir na transformação de um sistema opressor que produz condições desumanas para a população empobrecida que precisa, neste contexto, sobreviver. Neste sentido, para a construção da consciência de classe, que possa gerar o questionamento e o confronto com o capital, é necessário que a classe trabalhadora seja protagonista da comunicação popular. Neste contexto, Peruzzo identifica os meios que produzem comunicação popular como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (KAPLÚN, 1985, p. 17 *apud* PERUZZO, 2006, p. 3).

Eduardo Meditsch recorre a Paulo Freire, que, apesar de não elaborar pesquisas específicas sobre a mídia, realizou estudos que tiveram influência sobre a percepção do contexto da comunicação popular. Meditsch destaca que Freire conceitua a comunicação como diálogo, não como transferência de saberes, mas como um encontro de sujeitos. Além disso, ainda fazendo referência às discussões realizadas por Paulo Freire, Meditsch destaca que nossas ações relacionadas à transformação da sociedade e os processos de produção e reprodução de conhecimento, por serem processos sociais, não são neutros, já que todas as nossas ações e intervenções afetam a realidade. Segundo ele, o fato de assumir um compromisso com a mudança social nos confere parcialidade.

Para Freire, a neutralidade frente ao mundo revela o medo deste compromisso. E a simples denúncia também: para Freire, a denúncia de uma situação requer sempre o anúncio do que pode ou deve substituí-la: o primeiro passo para transformar o mundo é saber que ele pode ser transformado, e que é possível fazê-lo. (MEDITSCH, 2016, p. 142).

Respeito aos processos

Depois de circular ludicamente entre as juventudes da PJMP e PJR, o “Jornal Comunitário”, que ainda não tinha essa denominação, passou por alterações no seu formato e processo de construção. Em 2011, com a inserção de uma das militantes da PJMP no curso de jornalismo, é elaborado o primeiro “esqueleto” de um periódico, contendo editoriais, aumento do número de páginas, editorial e uma preocupação maior em abranger pautas de lutas de outras organizações que dialogam também com os anseios e necessidades das juventudes. Estrutura-se, a partir disso, um primeiro formato muito diferente do que existia antes, mas que carregava todas as características do seu processo inicial. A partir dessa experiência, com a contribuição de outra militante da PJMP, também jornalista, a estética e a diagramação passam por alterações, não melhores, nem piores, mas diferentes, em respeito à cultura popular, ao fazer de cada pessoa que carrega uma identidade e a partir dela ajudou historicamente na construção do que hoje conhecemos como “Jornal Comunitário”:

Quando o jornal começa a também a levar um pouco da história da comunidade, porque a gente sabe que as mídias, elas estão muito avançadas, nós temos acesso a muita coisa e a juventude especialmente [...] Mas a dona Maria e o seu João por exemplo, lá na Pedreira, quando ainda eram vivos, levar pra eles, aquele jornal impresso, escrito, quando eles viam a imagem deles, ali, impressa, isso é pertença, isso é vida pra eles, isso é valorização, é o jornal comunitário dando visibilidade aos invisíveis, que ninguém quer saber, nenhuma rede social, nenhum programinha desses de vídeo, não querem saber da história sofrida da dona Maria e do seu João, dos tantos filhos, do trabalho pesado na pedreira, mas eles queriam se ver ali, e o jornal ia se multiplicando, porque outras pessoas iam vendo na comunidade e vendo que aquela história era semelhante à deles. [...] E essa é a memória que nós temos. Nós temos arquivado a memória do jornal comunitário a partir das pessoas, a partir da comunidade, que vivem o dia a dia, que são pessoas que têm vida. [...] O jornal comunitário levou até as comunidades um pouco da história invisibilizada pelo sistema, pelas mídias sociais e pelo conjunto que oprime. (HAMMES, 2022).

O interior de Santa Catarina tem no “Jornal Comunitário” a possibilidade de construir redes de mobilização para as lutas organizadas. Ele tem se tornado, ao longo de mais de uma década, um instrumento de comunicação que mexe, incomoda e mobiliza, que traz os povos camponeses e urbanos para a conversa. São caboclos e caboclas, negros e negras, gente de pele branca e de sangue misturado nessa Latino-América, são indígenas de toda idade que foram aparecendo em cada edição. E tem, também, quem é perseguido por quem não respeita a diversidade, tem LGBTQIA+, tem povo. A história dessa gente aparece no “Jornal Comunitário”. Por isso, ele continua indo às ruas, com dificuldade financeira, especialmente,

sendo impresso apenas quando há recursos, mas ele vai pelas mãos de meninas e meninos teimosos/as que lutam por justiça todos os dias (figura 1).

Figura 1 – Capa das edições 9, 11 e 12 do “Jornal Comunitário”.



Fonte: Equipe do Jornal Comunitário

Armand Mattelart, um dos integrantes da Escola Latino-Americana de Comunicação, destaca a falta de acúmulo histórico sobre pesquisas e experiências em comunicação popular na América Latina. No entanto, ele menciona que existe um movimento crescente na América Latina no que diz respeito à construção da comunicação popular como estratégia na luta de classes.

[...] estamos subentendendo que existe outro sistema de comunicação, desejável, que realize a felicidade do homem, que realize tudo que está contido na utopia revolucionária. [...] O que eu insisto é na importância de abordar os temas da comunicação popular, mas que a única maneira de fazê-lo, de maneira consequente, é interrogando de um novo modo as formas de funcionamento dos aparatos do poder. (MATTELART, 1982, p. 99).

Em um momento histórico de aumento da perseguição aos projetos populares no Brasil, reflexo do golpe de 2016, construir o “Jornal Comunitário” em Santa Catarina, um dos estados mais conservadores do País, é fundamental para a garantia da vida, memória e justiça dos/as

empobrecidos, para que não haja um apagamento ainda mais expressivo das denúncias e de tudo que a classe trabalhadora explorada precisa falar.

Referências

BERGER, Christa; SCHWAAB, Reges. Escola Latino-americana de comunicação. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 200-209.

MATTELART, Armand. Comunicação, hegemonia e novas tecnologias na América Latina. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez, 1982, p. 98-105.

MEDITSCH, Eduardo. Paulo Freire nas práticas emancipadoras da comunicação: Ainda hoje, um método subutilizado no Brasil. **Revista Latinomaericana de Ciencias de La Comunicación**, [s. i.], v. 13, n. 25, p.132-143, jul./dez. 2016.

O JORNAL vai às ruas. São Miguel do Oeste, SC: Coletivo PJMP/PJR, 2022. Disponível em: www.facebook.com/JornalComunitario/videos/1014132079456835. Acesso em: 23 fev. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: O exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: Comunicação e cultura**, [s. i.], v. 11, n. 1, p.161-181, jan./abr. 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, [s. i.]. **Anais...** [s. i.]: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, p. 1-17.

Recebido em 24 de fevereiro de 2022 | Aceito em 04 de março de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional